

3 PODERES

A REVISTA DE QUEM DECIDE

BRASIL



ANO XXVII | Julho
EDIÇÃO 09 | 2024



Rosana Martinelli

Uma mulher forte no Senado da República



Eleições municipais
Foi dada a largada



Mulheres
nas câmaras municipais.



SEU MELHOR
ESTILO ESTÁ EM
SINOP



casaprado.com.br



CASA  PRADO

Av. dos jacarandás, 2655
Setor Residencial Sul

Foi dada a largada eleitoral

As eleições municipais deste ano começaram de fato com a realização das convenções partidárias no final de julho e início de agosto. Quando esta edição da revista **3 Poderes Brasil** estiver circulando, já estaremos em plena campanha eleitoral. Eleições são um dos temas desta edição.

A nossa capa desta edição é a senadora Rosana Martinelli, do PL de Mato Grosso. Ela assumiu

interinamente no lugar do titular Wellington Fagundes, que se licenciou justamente para participar mais de perto do processo eleitoral.

Rosana Martinelli é uma respeitada empresária do norte de Mato Grosso e segunda suplente de senador. Tem se dedicado no Senado Federal à causa da logística de transporte e este é um dos temas centrais da entrevista que concedeu à nossa reportagem.

Boa leitura.

João Orozimbo Negrão
Coordenador Editorial do Grupo Rede de Mídias



SUMÁRIO

CAPA | Rosana Martinelli

04 | CARTA

06 | BASTIDORES DA REPÚBLICA

João Pedro Marques

08 | ENTREVISTA

Rosana Martinelli

18 | ELEIÇÕES MUNICIPAIS

22 | PARTICIPAÇÃO FEMININA

24 | ELEIÇÕES PELO MUNDO

25 | EXECUTIVO EM AÇÃO

26 | LEGISLATIVO EM MOVIMENTO

27 | DIREITO, JUSTIÇA E CIDADANIA

28 | FUNDO DA AMAZÔNIA



JOÃO PEDRO MARQUES
CEO

Artur Dias da Fonseca
DIRETOR PRESIDENTE

Shelry Pereira
DIRETORA EXECUTIVA

João Orozimbo Negrão
COORDENADOR EDITORIAL

Vanessa Moreno
EDITORA

Márcio Brandão do Carmo
EDITOR DE ARTE

Doralice Jacomazi
REVISÃO

REDAÇÃO
Repórteres: **Carolina da Costa Lima, Humberto Azevedo, Jean Gusmão e Tchelo Figueiredo (fotografia)**

Maiara Max
GERENTE COMERCIAL

CONSELHO EDITORIAL
João Pedro Marques (coordenador), **João Negrão** (presidente), **Shelry Pereira, Vanessa Moreno, Márcio Brandão do Carmo**

TEXTOS
Alana Gandra, André Naves, Humberto Azevedo, João Pedro Marques, Agência TSE, Agência Senado, Agência CNJ de Notícias, Assessorias.

FOTOGRAFIA
Agência Câmara, Agência TSE, Agência Senado, Secom-PR, Agência Brasil, Agência CNJ, Assessoria STF, Assessoria TSE, Assessoria MPF, Assessoria TCU.

REDAÇÃO:
(65) 3623-1170 / 3622-2310
redação@revistardm.com.br

RDM 3 PODERES BRASIL
NÃO SE RESPONSABILIZA POR
MATÉRIAS E ARTIGOS ASSINADOS, QUE
NÃO REFLETEM NECESSARIAMENTE A
OPINIÃO DA REVISTA. AS MATÉRIAS
ESPECIAIS PUBLICADAS NA RDM SÃO
DE COLABORAÇÃO DE SEUS AUTORES E
CEDIDAS ESPONTANEAMENTE, SEM
FINS LUCRATIVOS

COMERCIAL/MÍDIA:
ARTUR DIAS DA FONSECA NETO
(65) 3623-1170
(65) 99682-1470

midia@revistardm.com.br
comercial@revistardm.com.br

ADMINISTRATIVO CENTRAL
(65) 3623-1170

A REVISTA RDM 3 PODERES BRASIL
É PUBLICAÇÃO

Democracia: respeito e proteção também para as minorias

Por **André Naves**

A democracia é um sistema de governo que se baseia na vontade da maioria, mas sua essência vai além disso. Uma verdadeira democracia envolve a construção de políticas públicas que, apesar de serem fundamentadas na vontade majoritária, respeitam e protegem as dignidades dos grupos minoritários. Esta abordagem não só promove a inclusão e a justiça, mas também fortalece a sociedade como um todo ao garantir que todos os indivíduos, independentemente de sua posição, tenham seus direitos humanos concretizados.

Em uma democracia, as decisões e políticas são frequentemente guiadas pelo desejo da maioria. Contudo, isso não significa que as vozes minoritárias devam ser ignoradas ou silenciadas. Na verdade, os grupos minoritários são aqueles que, por definição, possuem perspectivas diferentes daquelas prevalentes na maioria. São essas vozes discordantes que, quando respeitadas e protegidas, enriquecem o debate público e promovem a criação de políticas mais abrangentes e inclusivas.

Todos nós, em algum momento, podemos nos encontrar em posições majoritárias ou minoritárias. A dinâmica social é fluida, e a democracia deve refletir essa diversidade de experiências e opiniões. Preservar a dignidade dos grupos minoritários é crucial porque a convivência democrática entre diferentes pontos de vista estimula o enriquecimento intelectual e cultural da sociedade. Através do diálogo e da consideração mútua, políticas públicas mais eficientes, efetivas e justas podem ser desenvolvidas.

A inclusão das perspectivas minoritárias no processo de tomada de deci-



“Em uma democracia, as decisões e políticas são frequentemente guiadas pelo desejo da maioria. Contudo, isso não significa que as vozes minoritárias devam ser ignoradas ou silenciadas”

são não é apenas uma questão de justiça, mas também de eficiência. A diversidade de opiniões e experiências contribui para a criação de soluções mais criativas e abrangentes para os problemas sociais. Quando as políticas públicas refletem uma multiplicidade de pontos de vista, elas são mais propensas a atender às necessidades de uma população diversificada, resultando em maior eficácia e aceitação.

A democracia é essencial para a construção de estruturas sociais sustentáveis e justas. No entanto, para alcançar esse ideal, é fundamental que o respeito e a proteção das vozes discordantes sejam garantidos. A verdadeira democracia não é apenas a tirania da maioria, mas um sistema no qual todas as vozes são ouvidas e respeitadas. Somente assim podemos criar uma sociedade na qual os direitos humanos são plenamente concretizados e em que todos os indivíduos, independentemente de sua posição, podem viver com dignidade e respeito.

Em suma, a democracia é mais do que a simples imposição da vontade da maioria. É um sistema que se fortalece através do respeito e da proteção dos grupos minoritários, garantindo que todas as vozes sejam ouvidas e consideradas. Este processo de inclusão e diálogo é fundamental para a construção de políticas públicas mais justas, eficientes e efetivas. Ao preservar a dignidade de todos os indivíduos, independentemente de suas posições majoritárias ou minoritárias, a democracia promove uma sociedade mais rica, inclusiva e justa. Portanto, respeitar e proteger de quem se discorda não é apenas uma virtude democrática, mas uma necessidade para a sustentabilidade e justiça social.

** André Naves é defensor público federal, especialista em Direitos Humanos, Inclusão Social e Economia Política. Escritor, professor, ganhador do Prêmio Best Seller pelo livro "Caminho - a Beleza é Enxergar", da Editora UICLAP (@andrenaves.def).*

Governo congela R\$ 15 bilhões no orçamento deste ano



A equipe econômica anunciou um bloqueio de R\$ 11,2 bilhões e um contingenciamento de R\$ 3,8 bilhões no Orçamento deste ano, totalizando R\$ 15 bilhões. Segundo o secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, o aumento das despesas da Previdência impactou negativamente nas contas públicas. O secretário da Receita Federal, Robinson Barreirinhas, afirmou que a desoneração da folha de pagamento de empresas e prefeituras resultou numa despesa superior a R\$ 26 bilhões neste ano, reforçando a necessidade de cortes. O projeto de lei que permite o pagamento reduzido da contribuição previdenciária para 17 setores da economia e para os pequenos municípios (PL 1.847/2024) deverá ser votado pelo Senado em agosto, após a equipe econômica avaliar as sugestões de fontes de arrecadação para bancar o benefício fiscal.

Cinco municípios realizarão consultas populares durante as eleições



Os eleitores de cinco municípios vão participar de consultas populares durante o pleito municipal de outubro deste ano. Além de votar nos candidatos de sua preferência para prefeito e vereador, a população poderá opinar sobre questões locais. As consultas serão realizadas em Belo Horizonte (MG), São Luís (MA), Dois Lajeados (RS), Governador Edison Lobão (MA) e São Luiz (RR). Na capital mineira, os eleitores vão decidir sobre a aprovação da nova bandeira da cidade. Em São Luís, a população vai opinar sobre o passe livre estudantil no transporte público. Dois Lajeados vai decidir sobre o local de construção do centro administrativo do governo. No município de Governador Edison Lobão, a decisão será sobre a mudança do nome da cidade para Ribeirãozinho do Maranhão. Já em São Luiz (RR), a consulta será sobre a mudança do nome para São Luiz do Anauá.

Frente Parlamentar Católica é criada no Senado

Foi aprovada no Senado a criação da Frente Parlamentar Católica Apostólica Romana. Com o objetivo de promover um debate em defesa da liberdade religiosa, o grupo se reunirá para defender os princípios éticos e morais do catolicismo e acompanhar os projetos legislativos que tratam dos interesses da frente. Durante a discussão no Plenário, a proposta (PRS 18/2024) recebeu manifestações favoráveis da senadora Professora Dorinha Seabra (União-TO) e do senador Izalci Lucas (PL-DF).





USP deixa de ser a melhor universidade da América Latina



A Universidade de São Paulo perdeu o posto de melhor da América Latina no ranking da Quacquarelli Symonds, dando lugar para a Universidad de Buenos Aires, segunda colocada da região na edição passada. Mesmo com a queda, a USP segue entre as 100 melhores nos quesitos de reputação acadêmica e do empregador, resultados de emprego e sustentabilidade. Além da USP, que ficou em 92º lugar na classificação global, Unicamp (232), UFRJ (304) e Unesp (489) se destacaram no top 500, em um total de 1.500 universidades. No topo da classificação global, aparece o Massachusetts Institute of Technology pelo 13º ano consecutivo, seguido por Imperial College London, e as universidades de Oxford, Harvard e Cambridge.

Brasil, maior produtor e exportador mundial de celulose



O Brasil é o maior produtor e exportador mundial de celulose, sendo o terceiro produto agrícola mais exportado do país, o que evidencia a relevância internacional da produção florestal. Segundo o presidente executivo da Indústria Brasileira de Árvores (Ibá), Paulo Hartung, o país conta com cerca de 10 milhões de hectares de árvores plantadas, além de conservar outros 6,7 milhões em mata nativa. Hartung destaca que a medida irá destravar investimentos significativos para o setor. “A sanção agora permite superarmos uma dispendiosa burocracia que atrasa o plantio de árvores para fins industriais em mais de um ano. Com isso, também irá destravar investimentos bilionários no país, ampliando assim nossa competitividade”, explica.

DITO & FEITO

“Achamos que qualquer projeto de lei que alimente esse clima de intolerância, de beligerância, não deveria estar no centro das pautas neste momento.”

Do ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha.

“Não é possível que as empresas continuem ganhando dinheiro disseminando mentiras, fazendo provocação, campanha contra vacina, sem levar em conta nenhum compromisso com a verdade. Eu sou favorável a que a gente dê uma regulação, porque essas empresas não pagam nada. Ganham bilhões de publicidade. Têm muito lucro com a disseminação do ódio no mundo inteiro.”

Presidente Lula, criticando as big techs.



'O meio ambiente deve andar ao lado do desenvolvimento, mas não pode travar obras vitais para o Brasil'



Senadora do PL mato-grossense, que tomou posse em razão da licença do titular Wellington Fagundes, falou ainda sobre a luta da região para ver aprovado e executado o projeto da Ferrogrão

■ Por **Humberto Azevedo**

A senadora Rosana Martinelli (PL-MT) comemorou, em entrevista exclusiva ao portal RDM News, o avanço na duplicação da BR-163 entre as cidades de Sinop e Guarantã do Norte. “Nós conseguimos avançar na questão da duplicação até Guarantã”, falou.

A senadora mato-grossense, segunda suplente do senador Wellington Fagundes (PL-MT) – que está de licença saúde até a realização das elei-

ções municipais -, comentou que a luta é ver a duplicação da BR-163, até Miritituba (PA). Assim como ver também aprovado e executado o projeto da “Ferrogrão”.

Na entrevista, Martinelli falou ainda que é uma militante do PL e que sempre estará à disposição do partido para as missões e os desafios que avaliam ser ela importante para o partido. Com um discurso alinhado ao do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro (PL),

“

Nós conseguimos avançar na questão da duplicação da 163 até Guarantã. Conseguimos destravar e já foi para o Ministério do Transportes e está indo para a ANTT agora essa viabilidade, por onde passou, tanto na Infra como no Ministério do Transportes, já foi aprovada a viabilidade dessa duplicação”



Martinelli, que é ex-prefeita da cidade de Sinop, adotou a mesma linha de críticas que o ex-presidente fazia às Organizações Não Governamentais (ONGs). Nesse sentido, segundo ela, a atuação das ONGs impede o desenvolvimento da região.

A senadora tomou posse na “Casa da Federação” na data de 12 de junho. Ela foi eleita em 2022 como segunda suplente de Fagundes Martinelli, é investigada no inquérito em tramitação no Supremo Tribunal Federal (STF) suspeita de participar dos atos golpistas de 8 de janeiro, quando milhares de bolsonaristas inva-

diram e depredaram as sedes dos Três Poderes, na Esplanada dos Ministérios, em Brasília (DF). Na entrevista, ela evitou fazer ataques ao ministro Alexandre de Moraes, mas pediu que a justiça respeite os direitos daqueles que são acusados. No entanto, afirmou que as várias investigações que pesam contra o ex-presidente acontece por ele ser vítima de uma “perseguição política”.

Em 2020, Rosana Martinelli, que poderia ter sido reeleita prefeita de Sinop, decidiu a quatro meses da eleição abandonar a disputa alegando motivações familiares e alguns fatores políticos para não ser mais candidata. Elegeu-se prefeito o empresário Roberto Dórner (Republicanos).

Leia abaixo a íntegra da entrevista:

RDM News: A senhora está assumindo o mandato agora, na suplência do senador Wellington Fagundes. Quais são os projetos e ações que a senhora pretende implementar aqui no mandato?

Rosana Martinelli: Olha, nós já estamos trabalhando na questão da duplicação da BR-163, de Sinop a Miritituba (PA), principalmente. E nós conseguimos, já, avançar na questão da duplicação até Guarantã. Então, a Via Brasil já tinha solicitado em dezembro e nós estamos intermediando, tentando essa interlo-

cução para que realmente consiga prosseguir todas as etapas por todos os órgãos que têm que passar essa duplicação. Já foi da Infra SA [empresa pública federal vinculada ao Ministério dos Transportes], nós conseguimos destravar, sim, e já foi para o Ministério do Transportes e está indo para a ANTT [Agência Nacional de Transportes Terrestres] agora já essa viabilidade e por onde passou, tanto na Infra como no

“

Hoje nós estamos escoando a maioria dos nossos grãos para Miritituba. Toda a nossa produção do médio norte hoje vai para lá. Então, é uma obra essencial. Além disso, evitando muitos acidentes, pois é um trecho muito perigoso e tem se perdido muitas vidas nesse trecho”



Renan está em licença. Esses dias nós estivemos lá no Ministério e ficamos muito felizes, pois fomos muito bem recebidos. O Ministério dos Transportes está empenhado e colocando a Ferrogrão na malha ferroviária como uma das prioridades e colocaram conversando com a ministra, nós participamos da audiência pública também com a ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet. Ela mostrou quais obras que estão no PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), é que realmente a Ferrogrão está e nós pedimos prioridade. Muitos países têm interesse em investimentos. A própria ministra falou que o governo não tem recurso para ferrovias, mas nós temos conhecimento de que muitos países têm interesse. Ontem mesmo tivemos aqui recebendo no gabinete uma comitiva da Arábia Saudita. Estreitando esses laços comerciais, educacionais, de saúde e, principalmente, turísticos. E o que mais predomina é o relacionamento comercial com a Arábia

Saudita, que tem aumentado muito. O Brasil tem exportado muito, tem importado também produtos de lá, mas eles têm um interesse muito grande em fazer investimentos nas ferrovias brasileiras, porque todos os países que não produzem alimentos, grãos, têm o olho no Brasil hoje. Ele, todos têm esse olhar para o Brasil com a preocupação com a questão da segurança alimentar. Então, eles têm interesse em fazer investimentos. O que nós precisamos é que esses projetos sejam destravados. Tanto para o Ministério de Transportes, quanto para o Ministério do Meio Ambiente, que tem que entrar num acordo. Já que vai ter compensações. Para [atender] principalmente a comunidade indígena, que não será afetada e ela vai ter as suas compensações também e têm que entrar no acordo, porque o Brasil precisa crescer, precisa escoar os seus produtos. E economicamente também é extremamente viável para todos nós, brasileiros.

RDM News: A senhora falou das ONGs sobre essa questão da Ferrogrão, que é por causa de uma ação do PSOL, que atrapalhou o processo e o Supremo está avaliando, fazendo os estudos de impacto socioambiental. Agora, isso também é uma demanda que acaba se imiscuindo a questão ambiental, que seria uma questão protecionista, sobretudo dos países europeus, dos produtores agrícolas europeus. E aí muitos produtores europeus utilizam esse discurso para convencer a opinião pública europeia de que o Brasil, a América do sul, não respeita o meio ambiente. Nesse sentido, como fazer para a gente passar uma imagem para os europeus de que a gente cumpre, sim, e que o desenvolvimento está associado ao respeito do meio ambiente. Como a senhora vê esse desafio?

Rosana Martinelli: Olha, porque muitos preferem passar a vender uma imagem negativa do Brasil para o mundo a troco de conseguirem recursos. Principal-

“

Nós temos um potencial muito grande de expansão de grãos, de produção e nós temos esses gargalos que ainda travam o desenvolvimento econômico. Então é importante que essa parte ambiental seja resolvida

”



Ministério do Transportes, já foi aprovada a viabilidade dessa duplicação e, também, algumas melhorias, como paradas, como as travessias urbanas. Porque entendemos que esse trecho é fundamental para o desenvolvimento de Mato Grosso. Hoje nós estamos escoando a maioria dos nossos grãos para a Miritituba. Toda a nossa produção do médio-norte hoje vai para lá. Então, é uma obra essencial. Além disso, tem evitado muitos acidentes, pois é um trecho muito perigoso e tem se perdido muitas vidas nele, principalmente entre Sinop e Guarantã, que é na divisa do estado. Agora, por causa de licenciamentos, a Via Brasil pediu, até agora, até Guarantã e nós estamos ajudando nesse destravamento para que aconteça essa obra. A previsão, passando por todos esses órgãos, que se iniciem na próxima seca, em torno de maio, junho, já para o ano que vem as primeiras obras. É uma ação muito importante. Outra questão é a da viabilidade da Ferrogrão também. Para nossa região é essencial. Nem se falando também na questão de evitar acidentes, mas da descarbonização. O custo vai diminuir muito do transporte dos grãos para que se chegue a Santarém, que é o porto daquela região ali de escoamento. A Ferrogrão, eu acredito que é uma das principais obras estruturantes, principalmente para todo o Centro-Oeste, para toda aquela região. Nós estamos trabalhando muito forte no que nós podemos colaborar para que realmente consiga destravar e seguir em frente.

RDM News: Sim, para a Ferrogrão, o que está faltando? O que tem de concreto hoje e o que falta?

Rosana Martinelli: No governo anterior, o Tarcísio já tinha pedido até para que fosse feita a licitação. Aí o PSOL entrou com um pedido de intervenção e o STF seguiu dois anos. E foi mandado refazer os estudos de impacto social e ambiental, que estão sendo feitos. Uma parte já foi, nós estamos acompanhando. O Ministério dos Transportes já fez a devo-



“

Outra questão é a da Ferrogrão, que a viabilidade para nossa região é essencial. Nem se falando também na questão de evitar acidentes, mas da descarbonização. O custo do transporte vai diminuir muito para que se chegue a Santarém, que é o porto daquela região ali de escoamento”

lutiva para o STF e, no dia 12 agora, os últimos itens que faltam, algumas dúvidas serem tiradas, ainda remanescentes do STF, que o Ministério dos Transportes

tem que mandar para o STF para que realmente possa dar prosseguimento.

RDM News: Aí é que o STF vai decidir se acata ou não o pedido apresentado pelo PSOL?

Rosana Martinelli: Justamente porque ela é extremamente viável. Tanto economicamente como a parte ambiental, geralmente é o que mais se discute, é a parte indígena. E ela não afeta, e a Ferrogrão vai ter as compensações. Então é extremamente viável para todo o Centro-Oeste, principalmente para Mato Grosso, para o Brasil. O problema maior do Brasil são as obras de infraestrutura. De portos e aeroportos. Nós temos que trabalhar também tanto na malha viária, quanto na ferroviária e hidrovias. Nós temos um potencial muito grande de expansão de grãos, de produção, e temos esses gargalos que ainda travam o desenvolvimento econômico. Então é importante que essa parte ambiental seja resolvida. É claro que o meio ambiente tem que andar ao lado do desenvolvimento, porque é o crescimento do Brasil. O meio ambiente não pode travar obras estruturantes que são vitais para o



Brasil. Então, o país perde muito com isso. São riquezas, muitos minerais, muitos minérios, nós estamos importando. Nós temos enormes jazidas aqui no Brasil, então o país poderia explorar de uma forma ambientalmente correta. Só que tem muitas ONGs que hoje, principalmente, não estou generalizando, tá? Mas muitas ONGs, hoje, não estão com o intuito de preservar o meio ambiente, a nossa mata. Elas estão com o intuito, pagas por organismos internacionais, por países, para fazer o embargo econômico do Brasil. Porque nós não tínhamos tantas travas quando não éramos os campeões de exportação de milho, de soja, de carne, de algodão. A partir do momento que o Brasil está se tornando uma potência alimentar, nós estamos sofrendo com muitas retaliações, e principalmente muitas ONGs que colocam travas. Dou o exemplo da moratória da soja, que é uma das minhas bandeiras também, que tem que ser revista. Porque hoje o brasileiro está abrindo suas áreas de acordo com o ambientalmente correto, com o nosso Código Florestal e os organismos internacionais não o estão respeitando. A moratória da soja em que

você abre na área da Amazônia Legal 20%, você preserva 80% e, mesmo assim, as empresas de óleo, que foi feito um tratado desde 2016, que era para ser provisório, temporário, e passou a ser definitivo. E não podem comprar hoje. Então, isso é um embargo econômico. Não é a preocupação somente com a parte ambiental e nós não estamos infringindo. Nós temos o Código Florestal brasileiro que é o mais rigoroso do mundo que não está sendo respeitado internacionalmente. Tem que ser revisito, tem que ser olhado e é uma das pautas que nós temos falado em tribuna, tanto na audiência pública na semana passada com a Coronel Fernanda (PL-MT), deputada federal, que foi feito e, para nossa decepção, não teve nenhum representante do Ministério da Agricultura, como do Ministério do Meio Ambiente. Os produtores brasileiros precisam de ajuda. Na audiência pública tinha produtores, sindicatos, reivindicando que sejam respeitadas as leis brasileiras. Não, não pode acontecer ONGs, organismos internacionais sobreporem as nossas leis.

“

O problema maior do Brasil é a infraestrutura, de portos e aeroportos e na nossa malha viária, temos que trabalhar também tanto na malha viária, quanto na ferroviária e hidrovias”

RDM News: Agora, com relação a essa questão da Ferrogrão, a senhora tem procurado o atual ministro dos Transportes, Renan Filho, até para, depois de resolvida essa questão no Supremo, o Ministério colocar isso como prioridade. A senhora tem conversado com o ministro?

Rosana Martinelli: Estivemos no dia 10 de julho com o ministro que estava substituindo, que é o George Santoro. O



mente essas ONGs conseguem dinheiro passando uma imagem negativa de queimadas, de desmatamento, e eu não estou falando que não tem. Tem. Mas muitos países, por exemplo, a Austrália, teve recentemente queimadas. De grandes proporções. E não tem retaliação, não são passados de forma negativa, como tudo que acontece no Brasil. Por exemplo, agora está passando a questão das queimadas do Pantanal. Claro, eu acho que a imprensa tem o dever de levar as notícias, mas não de forma tendenciosa. A imprensa tem passado, e essas imagens negativas não contribuem com o desenvolvimento do Brasil. E nós precisamos reverter, precisamos mostrar que temos um plano de desenvolvimento, porque o Brasil hoje está investindo muito em tecnologia e os órgãos ambientais conseguem, em tempo real, saber quem está cometendo infrações contra o meio ambiente. Então, hoje o Brasil tem possibilidades e tem feito muito bem, contendo, investindo muito. Tanto que esse código é muito rigoroso. Qual país que preserva 80% das suas matas? Nós, na Amazônia Legal, temos que preservar 80%. Se nós hoje somos o maior produtor de grãos, nós produzimos em 7,8% do Brasil e nós somos o maior exportador de grãos. Então, imagina, se tiver possibilidade dentro do nosso Código Florestal, agindo corretamente, sabendo que os órgãos

“

É claro que o meio ambiente tem que andar ao lado do desenvolvimento, porque é o crescimento do Brasil. E o meio ambiente não pode travar obras estruturantes que são vitais para o Brasil. Então, o país perde muito com isso”

ambientais hoje têm esse poder e tem o conhecimento de acompanhar, eu acredito que o meio ambiente tem que estar ao lado do desenvolvimento. E nós temos que, sim, procurar de todas as maneiras e eu estou fazendo a minha parte como senadora, procurar levar para o povo brasileiro, porque até muitos não têm o conhecimento do que acontece, que muitos colocam o povo brasileiro contra o povo brasileiro. Uns contra os outros nessa imagem, colocando o agro

como o madeireiro, sempre contra a população, contra o desenvolvimento. E é muito pelo contrário. Eu venho de uma região extremamente produtiva, que é o Centro-Oeste, que é Mato Grosso, que é a região norte, e é o Brasil que deu certo. É o Brasil que deu certo lá, onde estamos produzindo os grãos e respeitando o meio ambiente. E eu falo, claro, e os que não estão respeitando estão sendo punidos, com embargos. Os governos, tanto dos estados como do governo federal, têm agido assim. Então, nós temos que agir assim, levar o conhecimento ao mundo e não podemos ceder, como a moratória da soja. Nós não podemos ceder que organismos internacionais, empresas, somente com ONGs, façam e determinam o que é melhor para o Brasil. Quem sabe o que é o melhor para o Brasil é o povo brasileiro. E nós hoje, fomos eleitos, têm os senadores, os representantes, deputados federais, estaduais, no poder público para isso. Nós temos que ter respeito. Então, o que está acontecendo, é o que eu vejo, e eu falo a minha opinião, como um boicote econômico de muitos órgãos internacionais para os produtos brasileiros.

RDM News: Agora, um outro assunto, outro tema. Como a senhora, como mulher, suplente do senador Wellington Fagundes até outubro, até as eleições, essa PEC, que alguns da imprensa

apelidaram de “PEC da Anistia”, que foi aprovada na Câmara na semana passada. E aí os partidos, os presidentes dos partidos políticos estão pressionando o presidente do Senado a votá-la. E o presidente do Senado está avaliando se vota ou se não vota, se vai colocar mais adiante. A PEC até cria um Refis para os partidos políticos, mas a questão é, basicamente, que perdoa as dívidas aos partidos que não cumpriram as cotas das candidaturas de pessoas negras, pretas e pardas e diminuiria de 30% para 20% a cota feminina. Como mulher, como que a senhora vê isso? E a senhora está fazendo parte da discussão da bancada feminina aqui no Senado?

Rosana Martinelli: Sim, eu já estou aqui, já estou fazendo parte. Nós não podemos concordar, nós queríamos que realmente as mulheres não precisassem ter essas cotas definidas. Que sejam respeitadas. E nós precisamos ainda trabalhar muito para que mais mulheres ocupem os cargos. É um grande desafio para todas nós, mulheres. Nós sabemos que quando a mulher entra na política, ela entra por uma causa, um propósito, ela não entra somente para ter poder. Tem muitas barreiras, tem muito preconceito ainda. Com muitas mulheres, muitos partidos ainda. Então, nós temos que trabalhar. Concordo que não possa mexer, muito pelo contrário, nós temos que ampliar essas cotas. Para que mais mulheres tenham oportunidades, os índices mostram que as administrações de mulheres têm menos corrupção, são mais eficientes. Então, é o que nós queremos, um país dinâmico, com menos corrupção, se investindo no ser humano. E a mulher tem esse olhar como administradora, e eu falo como ex-prefeita. A mulher, quando assume o poder, olha principalmente para a educação, o setor de educação dos municípios, que nós queremos e precisamos que o Brasil invista cada vez mais em educação. Se nós queremos um país melhor, precisamos trabalhar na educação. Investimentos maiores na

educação, que realmente seja investido tanto na qualificação cada vez mais dos professores e oportunidades. É para que mais? Nós sabemos que a evasão escolar está muito grande. Mas precisamos reverter e eu vejo até com bons olhos até os programas que o governo está fazendo para que se volte aos alunos. Então, a mulher tem uma participação muito efetiva, muito importante na política. Ela tem que ser ampliada.

RDM News: Voltando à questão ambiental, como o seu mandato vê essa questão das mudanças climáticas? Ela está batendo na porta, o planeta está mudando, querendo ou não, são as enchentes e seca onde não tinham. Está ficando frio onde não era. O mundo está mudando. Pelo 15º mês, nos Estados Unidos, ondas de calor bateram recordes. As calotas polares estão derretendo, influenciando nas inundações das cidades litorâneas, que perderão terras com o avanço do mar. Como resolver essa questão das mudanças climáticas? Como fazer esse plano de adaptação? O Senado até aprovou recentemente um plano de contingência e de adaptação, que no Brasil não tinha, passou agora a ter. O que mais precisa ser feito para a gente se adaptar a esses novos tempos?

Rosana Martinelli: É verdade, são fatos climáticos. São os cíclicos. É, dou o exemplo da enchente que teve em 1941 no Rio Grande do Sul, e agora novamente. Então, são cíclicas que a gente vê. Se você olhar a história. Até nas geleiras polares têm as marcas, e aí nós temos que cuidar justamente da questão do aquecimento global, que é importantíssimo. Só que eu vejo que o Brasil não pode pagar essa conta sozinho. Imputa-se toda essa responsabilidade no desmatamento, e não é somente isso, não é só desmatamento que é o problema.

RDM News: São emissões de gases dos países desenvolvidos?

Rosana Martinelli: Justamente e aí não

querem assumir suas responsabilidades, querem que o Brasil pague a conta. É claro que está prejudicando o mundo todo e realmente esses fenômenos estão mudando a vida e é uma tendência aí, dos próximos anos. Então os cientistas estão estudando, tentando entender, eles que sabem dizer melhor do que nós. As probabilidades. Mas eu vejo que, por exemplo, a Amazônia não é só no Brasil. Isso que culpa só Brasil. Então e lá nos outros países que têm a Amazônia? Não, lá não tem problema, só no Brasil. Então é o que eu falo, eu reitero o que nós produzimos aqui e é porque a gente repercute e está incomodando muitos países, então querem que o Brasil pague a conta e eu, na minha opinião, não pode. É claro que nós temos que ter o desenvolvimento acompanhado com a preservação. Eu dou o exemplo do manejo florestal, quando o madeireiro faz o manejo florestal é devidamente protocolado, acompanhado, 'emplaquetado' todas as árvores antigas. Ela é retirada e dá espaço para as filhas delas para fazer a fotossíntese, porque já a antiga não faz mais a transformação, porque há prejuízo para o madeireiro cortar, derrubar uma mata, uma mata fina, que não compensa economicamente. São esses processos que têm que ser estudados e estão trabalhando com o desenvolvimento. Está





tirando o mato quando é de um projeto de manejo, quando ele é desmatado, ele não é cortado. Como passa? Não é um desmatamento total. Essas práticas que nós temos que fazer. Usando a nossa floresta, usando de forma ordenada de acordo com a nossa legislação e trabalharmos. E, realmente, eu acho que tem que se cobrar o mundo inteiro, tem que rever muitos, por exemplo, na Alemanha, agora só queimando carvão vegetal, o que polui mais? Justamente, olha a contaminação que está tendo. Então, acho muito injusto. Todos podem fazer. Faça o que eu digo, não faça o que eu faço. Por isso tem que ser analisado como um todo, todo esse processo ambiental tem que ser olhado de forma diferenciada e o Brasil não pode pagar a conta sozinho.

RDM News: Complementando essa pergunta, em que Mato Grosso não é da Bancada do Norte, mas é da Amazônia Legal, o coordenador da Bancada do Norte, o Sidney Leite, do PSD do Amazonas, no encontro da bancada, há duas semanas, falou que um dos objetivos dele junto com a Bancada é a ideia de convidar os estados que fazem parte da Amazônia Legal a participarem mais de maneira efusiva do parlamento da Amazônia (Parlamaz), que é uma espécie de parlamento do Mercosul, que envolve os países amazônicos da região porque os problemas são quase os mesmos. E as soluções para se encontrar

soluções conjuntas. A senhora acha que isso seria uma alternativa para essa questão ambiental, para essa questão do desenvolvimento também?

Rosana Martinelli: Eu acredito que a participação é muito importante mesmo para você colocar proposituras e também fazer as suas defesas. Eu acredito que quando você não participa, você não tem oportunidade. Então, quando você não ajuda, você também não pode reclamar. Acho que tem que sim. Acho que tudo o que puder contribuir, tem que ser uma soma de esforços para o melhor. Se nós queremos o desenvolvimento, se queremos resolver os problemas ambientais, problemas sociais, aí, nós ainda temos muitos problemas para serem resolvidos. Principalmente na região de fronteira, temos muitas comunidades. A nossa vulnerabilidade é muito grande nas nossas fronteiras e principalmente em toda a região amazônica. Estivemos, na semana passada, no comando-geral do Exército falando sobre isso, pedindo ao exército para o município de Sinop, que seja feita uma descentralização, que esteja presente naquela região norte. Acompanhando os investimentos que o Brasil está fazendo em Roraima, o próximo investimento do exército será lá, respeitando as nossas fronteiras, eu acho que tem que participar. Eu sou extremamente a favor do diálogo, da conversa, para se achar e ser melhor para o bem comum.

RDM News: A senhora é suplente no Senado, já foi prefeita, que está agora exercendo o mandato aqui na suplência do senador Wellington Fagundes. A senhora pretende participar das eleições em 2026? Qual é o seu plano? Candidata à deputada?

Rosana Martinelli: Olha, eu sou partidária, o meu nome está à disposição, como sempre esteve. Eu fui vice-prefeita, fui secretária de Comércio, vice-prefeita. Fui prefeita pelo PL. Fui convidada pelo senador para ser segunda suplente dele e do partido. Eu estou à disposição do partido. Exatamente do que é possível, como que eu posso contribuir. É, eu sou pioneira daquela região do norte, sou de Sinop, meu pai foi um dos pioneiros, eu fui madeireira, sou pecuarista, sou do agro. Então, também tenho a minha participação política e estou à disposição no que puder contribuir. Eu estou à disposição do PL.

RDM News: A senhora pretende se candidatar à deputada federal, por exemplo, ou deputada estadual?

Rosana Martinelli: Vai depender do que o partido determinar, do que é possível. E o meu nome está à disposição do PL, do partido faz muitos anos que eu estou no PL. Há mais de dez anos. Então eu sou uma militante do PL, o que o partido precisar do meu estado, eu estou para contribuir, vamos ver, claro, vamos verificar. Tem um trabalho ainda a ser feito. Se precisar, eu estou à disposição mesmo, até de trabalho de bastidor, o que for preciso, eu estou aí para colaborar.

RDM News: A senhora tem alguma perspectiva de quantos prefeitos, vereadores, vice-prefeitos que o PL vai eleger no estado de Mato Grosso?

Rosana Martinelli: Olha, nós estamos trabalhando e era uma meta do PL fazer mais de 1500 prefeitos no Brasil todo. Trabalhamos muito forte para que realmente se faça. Nós temos um número significativo de vereadores e a gente acredita que vai triplicar essa bancada

nossa aí de prefeitos. É fazer um número expressivo, triplicar. E tem possibilidades. Hoje nós somos o maior partido, o partido está crescendo, nós estamos fortalecendo o PL Mulher também, para que mais mulheres entrem na política, incentivando. A nossa Michele Bolsonaro tem trabalhado muito em relação à questão das mulheres, o próprio Bolsonaro, para que realmente a direita tenha um espaço muito forte.

RDM News: Agora, uma questão que não podemos não fazer, não é? Muitos colegas da senhora são críticos ferrenhos ao ministro Alexandre de Moraes? A senhora corrobora essas críticas? Como que a senhora vê essa situação?

Rosana Martinelli: Olha, eu entrei com o projeto de anistia aqui pedindo anistia para todos do 8 de janeiro porque eu acredito que foi desrespeitado o direito do cidadão. Foram violados os direitos e o que aconteceu e está acontecendo é uma retaliação, principalmente com a direita. Com muitas pessoas, principalmente na omissão de informações. A dificuldade de você conseguir as informações processuais das pessoas afetadas e tem muitos casos, ainda, que as pessoas não foram, não têm o processo devido, não têm acusação devida e estão presas há mais de um ano. Então, o que queremos é que realmente se faça justiça e não estamos acobertando quem cometeu outros crimes, tá? Quem, por exemplo, depredou o patrimônio público, cometeu qualquer tipo de irregularidade, Agora, cercear as pessoas de se expressarem, você não pode. E nós sempre trabalhamos com isso, do direito à liberdade e de liberdade de imprensa. E o que nós estamos percebendo? É que está sendo tirado de forma gradativa, tanto a liberdade da imprensa, a liberdade do cidadão, que muitos tiveram as suas redes sociais bloqueadas. Não pode falar. É claro que o fanatismo, é, a gente não pode, é muito perigoso. O radicalismo é perigoso, mas você tem direito de ter um posicionamento e é isso que nós defen-

demos. Então nós entramos com o projeto de anistia justamente para defender as pessoas que foram lesadas em seus direitos de liberdade, que o brasileiro hoje é livre. Isso nos é permitido pela Constituição. E essa falta de informação, essa maneira como muitos estão sendo tratados, porque não podem ser nivelados todos da mesma maneira, do jeito que foi. Então, eu acredito que tem que ser revisto, tem que ser olhado diferenciado, separar realmente quem cometeu crimes. A polícia tem as imagens, têm poder para diferenciar, sabe muito bem, as pessoas não podem, e muitas estão pagando muito caro. Estão com tornozeleiras, foram libertados bandidos perigosos, então hoje, em nome de uma democracia, estão cometendo muitas irregularidades. E eu falo que teve, por exemplo, muitas invasões, já aqui, em 2013, 2016, 2017 e nada? Já teve invasão, quebra-quebra, e não aconteceu nada. Não foram tratados, nem as pessoas identificadas, não foram tratadas da maneira como agora. Então, eu acho, não, eu tenho certeza, tem muitas pessoas sendo injustiçadas. Precisa, nós entendemos, respeitamos os poderes. Nós respeitamos o STF, mas também a Câmara dos Deputados e o Senado têm que serem respeitados. Cada um no seu direito, cada um no seu quadrado, cada um fazer o seu serviço. É isso que nós estamos pedindo. Não pode, a partir do momento que você publicitar, você correr risco ou sofrer retaliação de qualquer maneira do seu órgão de imprensa que você trabalha. Mesmo você fazendo uma reportagem, falando a verdade, ser punido ou ser demitido. E está se impedindo de exercer o seu direito, o seu trabalho. Então, isso tem acontecido. Muitos advogados, hoje, não estão tendo nem o direito, fazem requerimento e não têm nem resposta nos processos. Isso é um desrespeito com o cidadão e com o seu devido merecimento e das suas funções. Eu acho que a gente tem que ser respeitado e o cidadão brasileiro tem que ser respeitado, é isso que eu acho. E acredito, e eu

estou lutando por isso, para que a liberdade dos brasileiros seja respeitada.

RDM News: Para encerrar, como a senhora está vendo esses processos contra o ex-presidente Jair Bolsonaro? Os vários inquéritos, que agora já estão, alguns mais adiantados, outros ainda em fase inicial, mas alguns já foram até encaminhados para a PGR?

Rosana Martinelli: Perseguição política. Eu acredito que se muda o governo, o Brasil, o governo tem que olhar para frente. Tem que trabalhar, tem que fazer as designações para que ele foi eleito. Não tem que um governo ficar perseguindo e ficar falando do outro governo 24 horas, dando desculpa por não fazer corretamente ou não fazer as suas atividades corretamente, usando muitas vezes de acusações muito fortes. Em muitos casos, com o próprio presidente foram vistos, foi exatamente perseguição política e foi usada para camuflar ações do próprio governo. Então, plante-se uma notícia aqui para camuflar um aumento da gasolina, um aumento do gás. Acho que tem que ter seriedade política, ela é muito séria e a política tem que ser feita para o bem comum, não pode ser uma perseguição. E o governo que está próximo, ele tem que olhar para o povo, que o povo deu um voto de confiança para que ele trabalhe, para que melhore a vida do cidadão brasileiro. Tem que olhar para frente, fazer o melhor, não olhar para trás, faça melhor. Se acha que o governo anterior não fez, faça melhor que ele. É isso que o povo brasileiro quer, que espera. E o brasileiro está cansado de perseguição política, dessa polarização é que não está levando [a nada], não está agregando. Nós temos que pregar a união, a paz e trabalhar. O brasileiro é um povo extremamente trabalhador, que quer oportunidades, ele não quer somente privilégios, quer ter dignidade e trabalho, oportunidades, é o que o brasileiro precisa. E é o que eu acho.

Democracia, moradia e planejamento urbano: o que o eleitor quer quando pensa nessas pautas?

A 3 Poderes Brasil publica a primeira da série de quatro matérias do portal do TSE que mostra o que a democracia pode proporcionar à população em diversas áreas



Do Portal do TSE

Faltam menos de três meses para o dia em que mais de 150 milhões de eleitoras e eleitores irão às urnas eletrônicas escolher representantes que ocuparão as prefeituras e câmaras municipais pelos próximos quatro anos. Nas Eleições Municipais de 2024, Distrito Federal, Fernando de Noronha (PE) e Zona ZZ (que reúne o eleitorado que vota no exterior) não participam do pleito.

Desde o início do mês, o portal do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) publica a série “O que o eleitor quer quando pensa em democracia?”. As primeiras publicações trataram de saúde e de educação. Nesta terceira matéria, confira as demandas do eleitorado quando o assunto é moradia e planejamento urbano.

Moradia: muito além de um teto e quatro paredes

O direito à habitação está na Decla-

ração Universal dos Direitos Humanos de 1948 e na Constituição Federal de 1988. Segundo o artigo 6º da Carta Magna, a moradia é um direito social e encontra base na dignidade da pessoa humana, um dos fundamentos da República.

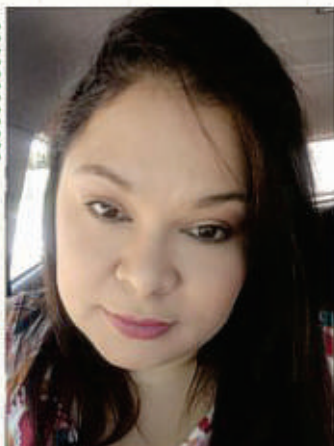
Virgínia Machado, professora e mestra em Direito Público, explica que a ideia de direito à moradia ultrapassa o fato de apenas se ter uma casa para morar. “É ter uma casa digna, em local seguro e que tenha aparelhamento urbano necessário, como saneamento básico e fornecimento de serviços públicos como saúde, segurança, transporte e iluminação coletiva”.

Além disso, ela explica que as políticas públicas devem ser construídas considerando-se todos os fatores que envolvem esse direito social, entre os quais estão programas governamentais,

“

**Moradia:
É ter uma casa digna,
em local seguro e que
tenha aparelhamento
urbano necessário,
como saneamento
básico e fornecimento
de serviços públicos
como saúde,
segurança, transporte
e iluminação
coletiva”**

DEPOIMENTO



Ericka dos Santos

“Eu moro na periferia, em um bairro muito mal planejado. Quando chove, alaga tudo. Eu não consigo sair de casa enquanto a água não desce toda a rua, não consigo pegar ônibus. Fico ilhada. Eu queria realizar o sonho da casa própria e acabei não pesquisando sobre isso, porque é um direito essencial e onde eu morava antes não se alagava.”

população de rua e uso do solo, por exemplo.

Sonho interrompido

De acordo com os dados da Síntese de Indicadores Sociais (SIS) divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no final de 2023, a maior parte da população do país (64,6%) vive em imóveis próprios e quitados.

Em 2021, a operadora de telemarketing Ericka dos Santos conquistou esse sonho ao comprar um apartamento no Jardim Céu Azul, bairro do município de Valparaíso de Goiás (GO), que fica no entorno do Distrito Federal (DF). Antes, ela morava com os pais na região administrativa de Santa Maria, no DF.

Contudo, com a chegada das chuvas, descobriu que a rua que dá acesso ao local onde fica seu apartamento é atingida com fortes enxurradas. “Eu não consigo sair de casa enquanto a água não desce por toda a rua. Não posso sair de carro, nem mesmo pegar ônibus. Fico ilhada”, conta.

“

Preservar a função natural dos solos, evitando-se longos caminhos asfaltados e concretados, deixar áreas com vegetação para que a água possa infiltrar e criar pequenas retenções superficiais de água para forçar a infiltração no solo”

Segundo Ericka, quando comprou o apartamento, seu foco principal estava na realização do sonho da casa própria.

Por isso, acabou não pesquisando sobre o local. Apesar do problema com as enxurradas, ela destaca a boa localização como um ponto positivo do empreendimento: “Tenho praça, posto de polícia, ponto de ônibus e até hospital próximos”, afirma.

Para ela, as eleitoras e os eleitores precisam votar nas candidatas ou nos candidatos que fizerem as melhores propostas para a mudança dessa realidade. “É preciso ver quem está preocupado com o que é bom para a população e determinado a resolver os problemas mais urgentes”, conclui.

Atribuição de prefeitos e vereadores

O professor de Recursos Hídricos do Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Coppe/UFRJ) Paulo Canedo explica que as enxurradas ocorrem por causa de alguns fatores.

Além das fortes chuvas causadas pela poluição e pelas mudanças climáticas, há, ainda, as modificações na super-

fície do solo provocadas pela urbanização mal planejada. “Onde a natureza absorve a água da chuva, e essa água poderia infiltrar e correr superfície abaixo, ela tem a geometria alterada pela urbanização que não leva em conta essa função do solo. Portanto, a população acaba sofrendo com esse problema”, afirma.

O professor explica que o uso do solo é atribuição municipal, salvo quando se trata de região metropolitana (vários municípios interligados). Nesse último caso, é formado um colegiado composto pelo governador do estado e pelos prefeitos das localidades afetadas.

Com a união dos administradores nas esferas municipal e estadual, é criada, então, uma Zona de Interesse Metropolitano (ZIM). “Toda ZIM tem sobrenome. No caso de enxurradas, por exemplo, seria uma ZIM para drenagem”, complementa o docente.

Já os vereadores devem atuar, segundo Canedo, como fiscais do Executivo local. Paulo ressalta que isso deve ser de conhecimento da eleitora e do eleitor, para que eles saibam de quem devem cobrar a aplicação de boas políticas públicas.

Planejamento do uso do solo

Ele também alerta que as enxurradas, além de promoverem inundações, alagamentos e erosão no solo, podem fragilizar as moradias instaladas na localidade atingida. Como solução, ele afirma que não é necessário retirar os moradores da região. De acordo com o especialista, essa medida, que é mais drástica, só ocorre em algumas exceções.

Entretanto, para mitigar eventuais prejuízos, a prefeitura deve mapear as zonas de risco e aplicar medidas para a convivência da população com as características do local, conforme indicam as legislações ambientais.

“Preservar a função natural dos solos, evitando-se longos caminhos asfaltados e concretados, deixar áreas com vegetação para que a água possa

DEPOIMENTO

“A única maneira de resolver as questões de acessibilidade de forma igualitária é com política séria. O que a gente vê é uma acessibilidade pela metade. No centro, a gente a encontra. Entretanto, nas imediações, não há mais. Isso é muito frustrante. Quando preciso ir a certos locais, preciso estar acompanhado de alguém forte que consiga levantar a cadeira. Tenho amigos que não conseguem sair de casa por terem essa acessibilidade fragmentada.”

Marcelo Cunha

infiltrar e criar pequenas retenções superficiais de água para forçar a infiltração no solo” são exemplos, afirma.

Caso de Porto Alegre (RS)

As enchentes de maio, em Porto Alegre (RS), por exemplo, deveriam ter sido contidas pelos diques (espécie de parede de terra de cerca de três metros para impedir que a água avance para dentro da cidade), pelo muro e pelo restante do sistema de drenagem, formado pelas casas de bombas e as comportas.

Entretanto, na avaliação do professor, além da aplicação efetiva de medidas prévias, também é necessária a manutenção dos sistemas. “Esse sistema precisa ser fiscalizado para estar íntegro. Faltou manutenção por anos, e ele não funcionou como deveria”, observa Canedo.

Acessibilidade: uma questão de autonomia

Se, por um lado, a falta de planejamento urbano afeta o direito de ir e vir de muitos cidadãos quando chove, por outro, significa uma luta diária para as pessoas com deficiência. É o que conta o artista plástico Marcelo Cunha, de 54 anos. Ele ficou tetraplégico aos 21, após se acidentar em uma cachoeira. Hoje, faz parte da Associação dos Pintores com a Boca e os Pés, já fez obras para as Paralimpíadas de 2016, é formado em Publicidade e Propaganda e pós-graduado em Artes Visuais.

Atualmente, o artista mora em Campo Grande, na zona oeste do Rio de Janeiro (RJ), onde tem um ateliê. Ele também é escritor e, para exercer essa função, usa um equipamento em seus óculos. Com a ferramenta, Marcelo consegue enviar comandos para o computador e para o celular ao piscar os olhos e movimentar a cabeça.

Em agosto, irá lançar o livro “Aceitar é preciso – um relato de fé, superação e resiliência”. Nos seus escritos, ele compartilha com as leitoras e os leitores relatos sobre a falta de acessibilidade nas ruas. “A nossa liberdade esbarra nessas obras que não nos permitem ter uma autonomia completa e uma vida de conquistas. Pelo menos, essa é a minha realidade”.

Marcelo lembra que morava em Jacarepaguá e diariamente enfrentava ruas com buracos, calçadas desniveladas e acessos com degraus. As dificuldades o obrigavam a se locomover no asfalto, disputando espaço com veículos e quebra-molas. O artista plástico conta, inclusive, que já se acidentou na rua. “A roda bateu em um buraco que havia no final da rampa, e eu fui ao chão”, lembra.

“A gente tem uma acessibilidade pela metade. Nas imediações do centro [do Rio de Janeiro], não existe. Eu vejo obras recentes e antigas feitas de forma inadequada e calçadas sem rampas de acessibilidade. Eu dependo dessas ade-

DEPOIMENTO



Valéria Ribeiro

“O compromisso com a inclusão robustece a democracia e permite que a sociedade como um todo – não apenas as pessoas sem deficiência – usufrua de seus direitos e de suas garantias fundamentais.

É urgente que a sociedade não se satisfaça apenas com o discurso inclusivo, mas que exija de seus representantes ações inclusivas efetivas e eficazes, de forma que uma parcela significativa da população – as pessoas com deficiência – exerça plenamente sua cidadania.”

quações, mas não posso contar com elas. Quando preciso ir a uma exposição, por exemplo, preciso me locomover até chegar lá. Nem sempre tem alguém que possa me levar. Quero me locomover com a liberdade que todo mundo tem”, diz.

“Se isso não existir, corre o risco de a pessoa se fechar no seu mundo, ficar somente em casa”, ressalta Marcelo Cunha.

Direitos da pessoa com deficiência

Valéria Ribeiro, advogada especialista em Políticas Públicas, que também é uma pessoa com deficiência, ressalta que os direitos dessa parcela da população são assegurados pela Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, das Nações Unidas, e pela Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI/Estatuto da Pessoa com Deficiência - Lei nº 13.146/15). Em seu artigo 53, a LBI dispõe que a “acessibilidade é direito que garante à pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida viver de forma

independente e exercer seus direitos de cidadania e de participação social”.

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD/IBGE) de 2022, há, no Brasil, cerca de 18,6 milhões de pessoas de dois anos ou mais com algum tipo de deficiência.

A pesquisa mostra, ainda, que esse percentual cresce com o avanço da idade. Em 2022, 47,2% das pessoas com deficiência tinham 60 anos ou mais. Em relação às dificuldades investigadas, a mais declarada foi a de andar ou subir degraus (3,4%).

Como tornar as cidades mais acessíveis?

Por isso, segundo Valéria, a inclusão fortalece a democracia e permite que a sociedade, como um todo, exerça plenamente seus direitos. “É importante conhecer o programa de governo dos candidatos e verificar quais ações são direcionadas à proteção dos direitos e das garantias constitucionais da pessoa com deficiência. Ainda, depois de eleito o

candidato, é necessário que a população fiscalize sua atuação, cobre as medidas elencadas nos programas e fortaleça o controle social”, afirma.

A advogada cita algumas melhorias que devem ser feitas nas ruas para garantir acessibilidade: “Manter calçadas planas e sem obstáculos de qualquer tipo, aplicar piso tátil direcional em calçadas e edifícios, implantar rampas de acesso às calçadas e sinalização sonora e visual em faixas de pedestre e em semáforos, adaptar frotas e pontos de acesso a transportes coletivos para que estejam na mesma altura da entrada e construir guias de sarjeta, conforme determina a NBR-9050”.

De acordo com Valéria Ribeiro, ao prefeito cabe atender às regras da LBI de forma planejada. Ao vereador, no âmbito de sua competência, cabe apresentar leis que tratem de regras e obrigações nesse campo, bem como formar grupos de pressão junto à municipalidade para que os requisitos legais de acessibilidade sejam obedecidos.

Concentração de mulheres nas câmaras municipais é proporcionalmente maior em cidades pequenas

Sete em cada dez municípios com maioria feminina eleita para a câmara municipal têm menos de 15 mil habitantes



Do Portal do TSE

De acordo com o levantamento feito a partir de dados estatísticos divulgados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), somente 45 cidades entre as 5.568 que realizaram eleições municipais em 2020 tinham maioria de mulheres na composição das câmaras de vereadores.

O número não chega a 1% do total dos municípios que participaram daquele pleito. Sete em cada dez municípios onde ocorre essa maioria feminina têm população menor do que 15 mil pessoas, segundo o Censo Demográfico 2022, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Somente um desse universo de 45 municípios tem mais de 100 mil habitantes. Em Araras (SP), seis das onze cadeiras da câmara de vereadores são ocupadas por mulheres. É um ponto fora da curva, já que o grupo de cidades tem uma mediana de população residente de 7.445 pessoas. População mediana é aquela

que separa a metade mais populosa da metade menos populosa do conjunto de cidades observadas.

“As mulheres têm agendas, têm interesses, muitas vezes diferentes dos interesses masculinos. É importante que essas perspectivas sejam representadas na esfera pública, no processo decisório”

Já os municípios com menor participação feminina nas casas legislativas locais — entre 20% e 30% — estão em maior

número. São 1.384 cidades com mediana populacional de 9.513 habitantes.

Foram utilizadas medianas, valor central de um conjunto de dados ordenados — em vez de médias simples —, para descrever a diferença de proporções entre as candidaturas femininas por município devido à grande variação no número de habitantes entre as cidades, o que poderia resultar na presença de valores atípicos.

Os pontos fora da curva, que são municípios com populações excepcionalmente grandes ou pequenas, como Araras (SP) e Pedra do Indaiá (MG), por exemplo, poderiam distorcer os resultados ao inflar o valor da média, tornando-a menos representativa na distribuição geral dos dados.

Cenários diferentes

As campanhas femininas na cidade grande e na pequena são marcadas por uma discrepância significativa de repre-

sentatividade e de recursos disponíveis, conforme destaca a doutora em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP) Hannah Maruci.

Ela aponta que, em municípios menores, a mediana de representatividade feminina é mais alta devido às menores barreiras financeiras que as candidatas enfrentam. “Os municípios pequenos são onde elas têm a possibilidade de fazer campanha com menos dinheiro. Em municípios maiores, a desigualdade de recursos é uma barreira significativa para as mulheres”, informa Hannah.

Essa disparidade é agravada pelo descumprimento das cotas de gênero de financiamento de campanha por parte de partidos, o que coloca as candidatas em desvantagem, especialmente em cidades maiores, onde o custo das campanhas é substancialmente mais elevado.

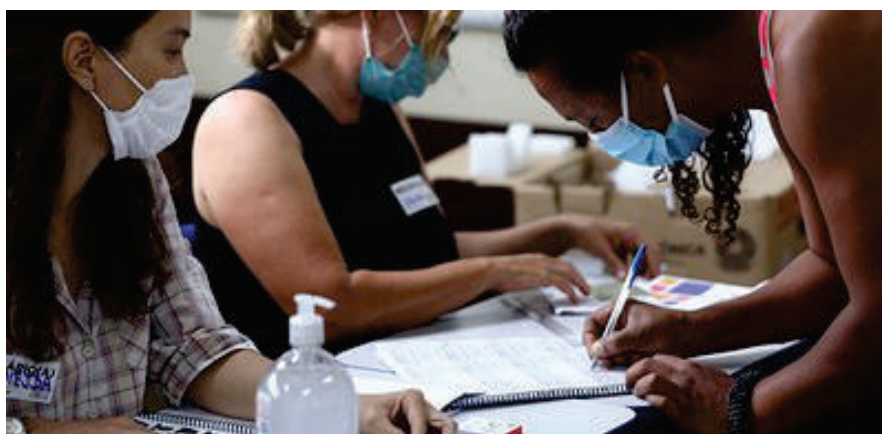
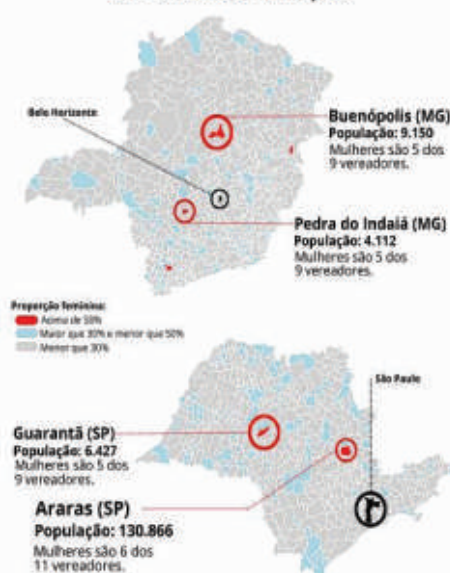
“Quando olhamos esses dados, vemos que as mulheres conseguem fazer maior sucesso em municípios pequenos. Isso [é constatado], apesar de existir uma literatura que pensa: tem mais cadeiras, isso aumenta a chance das mulheres. Na verdade, não. Na verdade, isso faz muito mais sentido com relação ao sistema eleitoral brasileiro. Demonstra essa situação que a gente tem campanhas muito caras”, explica.

Mas por que ter mais mulheres atuando na política municipal é benéfico? A doutora em Ciência Política pela Universidade de Essex, no Reino Unido, e pós-doutora pela Universidade de São Paulo (USP) Teresa Sacchet argumenta que a experiência de vida da mulher é única em muitos aspectos e pode enriquecer o processo de elaboração de propostas e de tomada de decisão política.

“Se o espaço legislativo é formado majoritariamente por homens de uma determinada classe social e raça, nós teremos políticas públicas que vão refletir mais esse grupo específico. Normalmente, os que ocupam a política são homens brancos, com mais recursos

“Teremos mais capacidade de ter uma melhor representação política. Por isso, acho que é fundamental para a democracia e é fundamental para o processo de tomada de decisão política que a gente pluralize esse espaço”

Representatividade feminina em câmaras municipais



financeiros. É por isso que precisamos trazer para o ambiente político pessoas que ocupam diferentes espaços da sociedade”, defende Sacchet.

“As mulheres têm agendas, têm interesses, muitas vezes diferentes dos interesses masculinos. É importante que essas perspectivas sejam representadas na esfera pública, no processo decisório. Então, eu acredito que, quanto mais o processo decisório for inclusivo nas formas de diferenças sociais, melhor. Teremos mais capacidade de ter uma melhor representação política. Por isso, acho que é fundamental para a democracia e é fundamental para o processo de tomada de decisão política que a gente pluralize esse espaço”, conclui a pesquisadora.

Exercício de cidadania

Em 2024, a conquista feminina do direito ao voto completou 92 anos. As mulheres correspondem a 53% do eleitorado nacional. São as eleitoras que mais comparecem às urnas. Nas Eleições Gerais de 2022, a taxa de participação do eleitorado feminino chegou a 80%, enquanto a dos homens ficou em 78%.

A diferença é ainda maior quando se observa a quantidade de mesárias e de mesários que trabalharam nas últimas eleições: 68% eram mulheres. Elas são também maioria em dois contingentes de eleitoras e de eleitores que podem votar de maneira facultativa: entre os jovens de 16 e 17 anos e entre o eleitorado com mais de 70 anos.

Ao menos 66 países e União Europeia vão às urnas em 2024

Saiba como é o exercício do voto que consolida o processo democrático ao redor do planeta



Do Portal do TSE

Reduzir a violência ou a pobreza, legalizar ou não o aborto ou o porte de drogas, ter acesso à água e a esgoto tratados: quando 2024 terminar, eleitoras e eleitores de pelo menos 66 países ao redor do mundo e a União Europeia terão ido às urnas a fim de escolher diferentes representantes para lidar com essas e outras questões, buscando assegurar os direitos básicos das pessoas e o progresso dessas nações.

O Brasil também realiza eleições em 2024. Em outubro, mais de 156 milhões de cidadãos poderão definir, por meio do voto, as prefeitas e os prefeitos, bem como as vereadoras e os vereadores que vão administrar os mais de 5,5 mil municípios brasileiros pelos próximos quatro anos. Assim como os temas em discussão, os desafios de um país, de um estado ou de uma cidade são complexos e podem variar conforme a realidade de cada local.

É por meio do voto que as pessoas de nações culturalmente tão diversas, como Finlândia, na Europa, e Gana, na África, têm a oportunidade de definir o destino do país ou do bairro em que moram. A primeira elegeu um novo presidente em fevereiro, e a segunda irá às urnas para escolher o chefe do Executivo em dezembro.

Para destacar o que o exercício do voto representa na consolidação do processo democrático ao redor do planeta, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) publica uma série de três reportagens

Alguns países realizarão eleições gerais, que definirão tanto o chefe do Poder Executivo quanto a distribuição de cadeiras em cada um dos respectivos parlamentos – é o caso, por exemplo, dos Estados Unidos, do Reino Unido e do Uruguai.

sobre as eleições no mundo em 2024. Confira!

Maiores democracias

A estimativa é que aproximadamente 2 bilhões de eleitoras e eleitores – o equivalente a um quarto da população global – já foram ou ainda irão às urnas em 2024. Entre eles, estão as cidadãs e os cidadãos de oito das dez maiores populações mundiais: Bangladesh, Brasil, Estados Unidos, Índia, Indonésia, México, Paquistão e Rússia.

Alguns países realizarão eleições gerais, que definirão tanto o chefe do Poder Executivo quanto a distribuição de cadeiras em cada um dos respectivos parlamentos – é o caso, por exemplo, dos Estados Unidos, do Reino Unido e do Uruguai.

Outros irão às urnas em eleições locais, para escolher lideranças como

prefeitos e governadores. É o caso da República Dominicana e do Chile.

Berço da democracia

Está na Europa, berço da democracia, grande parte dos países que irão às urnas em 2024. Pelo menos 23 nações elegeram ou vão eleger novos presidentes e primeiros-ministros ou, ainda, renovarão os parlamentos nacionais.

A União Europeia também promoveu eleições para o Parlamento Europeu. Entre os dias 6 e 9 de junho, o bloco, composto de 27 países, escolheu 720 eurodeputados.

Na Oceania, as Ilhas Salomão elegeram um novo premiê em abril. O Palau, formado por 300 ilhas e habitado por pouco mais de 18 mil pessoas, irá às urnas em novembro. Em disputa, estarão 26 cargos, entre presidente da República, deputados e senadores.



BNDES destina apoio recorde de R\$ 2 bi à indústria farmacêutica



Até meados de julho de 2024, as aprovações de crédito do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para as indústrias farmoquímica e farmacêutica brasileiras alcançaram R\$ 2 bilhões, maior valor desde 1995. Os valores aprovados em 2024 são 32% superiores a todo o ano de 2023 (R\$ 1,4 bilhão) e correspondem a 16% do total de 30 anos de apoio do BNDES ao segmento. Com o apoio do banco, as indústrias estão desenvolvendo novos medicamentos, novas associações farmacêuticas (que facilitam a absorção e a administração), vacinas, montagem de centros de pesquisa e desenvolvimento e adquirindo máquinas e equipamentos.

Mais de 8 milhões de passageiros movimentaram os principais aeroportos



A demanda aérea no mercado brasileiro vem apresentando dados animadores. Apenas no mês de maio deste ano, 8,2 milhões de passageiros passaram pelos cinco principais aeroportos do país (Guarulhos - SP, Congonhas - SP, Brasília - DF, Galeão - RJ e Viracopos - SP). O resultado é 8,4% superior ao do mesmo período de 2023, quando 7,6 milhões de pessoas fizeram viagens por esses terminais aeroportuários. O crescimento foi maior no aeroporto do Galeão, no Rio de Janeiro. O terminal dobrou a frequência de passageiros, saltando de 489,5 mil pessoas em maio de 2023, para mais de 1 milhão este ano, na soma de embarques e desembarques de voos nacionais e internacionais. Com isso, o Galeão saltou da 10ª posição para 4ª entre os aeroportos mais movimentados do país.

Governo destina mais R\$ 143,7 milhões para hospitais filantrópicos do RS



Com o objetivo de ampliar a assistência especializada em saúde no Rio Grande do Sul, o Governo Federal destinou mais R\$ 143,7 milhões para a rede de hospitais filantrópicos do estado. Todos os 217 estabelecimentos privados sem fins lucrativos serão beneficiados, o que representa 62% do total de hospitais que atendem o Sistema Único de Saúde (SUS) e 72% dos leitos SUS no Rio Grande do Sul. “Teremos uma segunda parcela mais à frente que corresponderá ao trabalho realizado pelo setor que aderiu ao Programa Mais Acesso a Especialistas. Isso demonstra nosso compromisso e ciência sobre a importância que tem esse setor”, destacou a ministra da Saúde, Nísia Trindade.

Produção de biocombustíveis cresce e alcança recorde histórico



A produção de biocombustíveis no Brasil atingiu marco histórico em 2023, refletindo o crescimento robusto no setor e a diversificação das fontes de energia renováveis no país. Juntos, etanol e biodiesel somaram quase 43 bilhões de litros produzidos, alcançando recorde histórico. Os dados estão no Anuário Estatístico Brasileiro do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis 2024, divulgado pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). “Esses resultados fortalecem a posição do Brasil como líder na produção e uso de biocombustíveis no cenário global, contribuindo significativamente para a matriz energética nacional e para a redução das emissões de gases de efeito estufa. É o Brasil na liderança da transição energética justa e inclusiva, trazendo desenvolvimento econômico e beneficiando o nosso povo”, apontou o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira.

Mudanças na legislação do aborto e liberação de armas e drogas



O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), afirmou que propostas que mudam a legislação do aborto ou que liberem armas ou drogas não passam na Casa, mas precisam ser discutidas, porque os parlamentares têm cada vez mais protagonismo e é natural que esses debates aconteçam no Parlamento. Segundo Lira, muitos requerimentos de urgência são votados sem compromisso com o mérito da proposta. Um desses projetos é o polêmico texto que equipara o aborto de gestação acima de 22 semanas ao homicídio, cuja urgência foi aprovada no mês passado (PL 1904/24).

Senado se prepara para avaliar regulamentação da reforma tributária



O Senado começa a analisar em agosto o primeiro projeto de regulamentação da reforma tributária, aprovado na Câmara dos Deputados no dia 10 de julho. O Projeto de Lei Complementar (PLP) 68/2024 estabelece as regras de como vai ficar a unificação dos tributos sobre o consumo, os casos de diminuição da incidência tributária e normas para a devolução do valor pago, conhecido como cashback. A regulamentação é uma exigência da Emenda Constitucional 132, promulgada em dezembro, que estipulou a substituição de cinco tributos (ICMS, ISS, IPI, PIS e Cofins) por três: o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo. O objetivo é simplificar e modernizar o sistema tributário brasileiro, após décadas de tentativas no Congresso sem

Câmara aprova PEC que facilita pagamento de dívidas de partidos



A Câmara dos Deputados aprovou em dois turnos a Proposta de Emenda à Constituição 9/23, que propõe a criação de uma espécie de Refis (refinanciamento de dívidas) para partidos políticos, seus institutos ou fundações, a fim de regularizarem seus débitos com isenção dos juros e multas acumulados, aplicando-se apenas a correção monetária sobre os montantes originais. A PEC será enviada ao Senado. O texto aprovado em Plenário, relatado pelo deputado Antonio Carlos Rodrigues (PL-SP), também considera como cumprida a aplicação de qualquer valor de recursos em candidaturas de pessoas pretas e pardas nas eleições ocorridas até a promulgação da futura emenda constitucional.

Assistência estudantil e adaptação ao clima marcam o semestre



Educação, meio ambiente, segurança pública e mudanças em regras tributárias estiveram entre os temas de maior destaque durante o primeiro semestre de 2024 no Senado Federal. Projetos como o que garante recursos para universitários de baixa renda se manterem durante o curso e textos que tratam de regras para adaptação às mudanças climáticas e taxação de compras internacionais abaixo de US\$ 50 estão entre as matérias aprovadas pelos senadores e já transformadas em lei. Uma das propostas aprovadas e que já estão em vigor é a que institui a Política Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes). Apresentado pela senadora Professora Dorinha Seabra (União-TO) quando ainda era deputada federal, o PL 1.434/2011 foi sancionado como Lei 14.914, de 2024. A nova lei transforma em política de Estado o atual Programa Nacional de Assistência Estudantil (que também utiliza a sigla Pnaes), criado pelo Decreto 7.234, de 2010.

STF recebe representantes de instituições de defesa dos direitos indígenas



O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Luís Roberto Barroso, recebeu representantes do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), além de liderança indígena do povo Guarani Kaiowá. Na reunião, os representantes do CIMI e da CNBB reforçaram o argumento da inconstitucionalidade da Lei 14.701/2023 (Lei do Marco Temporal). Após ouvi-los, o ministro Barroso falou da importância da tentativa de conciliação, cuja primeira reunião está marcada para 5 de agosto. A comissão de conciliação foi formada a partir de decisão do ministro Gilmar Mendes, que é relator de diversas ações que questionam a Lei do Marco Temporal no STF.

Presidente do STF rejeita suspender contrato da Sabesp com São Paulo



O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Luís Roberto Barroso, rejeitou suspender o processo de contratação da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp) com o município de São Paulo. Para o ministro Barroso, não há urgência que justifique a suspensão imediata da Lei municipal 18.107/2024, que autoriza a celebração de contratos de prestação de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, além do contrato de concessão com a Sabesp e do cronograma de privatização da estatal. O pedido de suspensão foi feito na Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 1180, apresentada pelos Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), Rede Sustentabilidade, Partido dos Trabalhadores (PT), Partido Verde (PV) e Partido Comunista do Brasil (PCdoB).

STF restabelece norma que pune partido que deixar de prestar contas



O ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal (STF), restabeleceu norma do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que impede uma federação partidária de participar de eleições se um dos partidos que a integram não tiver prestado contas anuais. O dispositivo da Resolução TSE 23.609/2019, incluído pela Resolução 23.675/2021, havia sido suspenso no início do mês pelo ministro, relator da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 7620. Ao reconsiderar sua decisão liminar (urgente e provisória), ele levou em conta novas informações prestadas pelo TSE, embasadas por dados da área técnica que relatam dificuldades operacionais para sua implementação sem prejuízo para o calendário eleitoral de 2024. Isso porque os sistemas tratam a federação como se fosse um só partido, e, portanto, não é possível separar os votos de legenda recebidos pelos partidos federados suspensos.

STF recebe presidente do Google para tratar de uso da IA no Judiciário



O presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Luís Roberto Barroso, o presidente da Google Brasil, Fábio Coelho, e integrantes da equipe técnica da empresa se reuniram para a apresentação de avanços na criação de solução para resumo de processos e peças processuais, com uso de inteligência artificial. A Google participa da Prova de Conceito no programa de implantação de inteligência artificial para resumos de processos com a finalidade de dar agilidade aos trabalhos do Tribunal.



União Europeia fará doação de R\$ 120 milhões ao Fundo Amazônia

Iniciativa contribuirá para acelerar combate ao desmatamento na região amazônica e afirmar representação da Comissão Europeia

■ Por **Alana Gandra**, da Agência Brasil

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e a União Europeia (UE) vão estreitar parcerias com foco no apoio ao desenvolvimento sustentável e aos investimentos no Brasil. Com esse objetivo, o presidente do banco, Aloizio Mercadante, e a comissária da União Euro-

peia para Parcerias Internacionais, Jutta Urpilainen, assinaram carta de intenções durante o IV Fórum Brasil-União Europeia, realizado na sede do BNDES.

A carta constitui mais um passo no processo de formalização de uma doação da União Europeia no valor de 20 milhões de euros, ou cerca de R\$ 120



milhões, ao Fundo Amazônia.

Para Mercadante, trata-se de uma sinalização muito importante porque significa contribuição do conjunto dos 27 países que fazem parte da União Europeia. “Tem um significado maior, dá muito respaldo e credibilidade ao Fundo Amazônia, que se consolidou por ter uma gestão transparente, eficiente, responsável, e por responder a uma das principais demandas, que é a dramática crise climática do planeta. Nós reduzimos em 50% o desmatamento; é por isso que essas contribuições estão sendo

fortalecidas”, afirmou.

A comissária Jutta Urpilainen disse que a Comissão Europeia está feliz em se juntar aos estados-membros da UE, que recentemente anunciaram contribuições ao fundo. “Nosso compromisso deverá respaldar os esforços do governo brasileiro e vai possibilitar a aceleração da luta contra o desmatamento”.

Mercadante destacou a importância da preservação da Amazônia, área que abriga 25% da cobertura de florestas tropicais do planeta, onde vive uma população de aproximadamente 29 milhões de habitantes. “Além de ser a maior floresta tropical existente, a Amazônia é decisiva no equilíbrio do clima e esses recursos permitem, ainda, a conectividade das populações ribeirinhas, comunidades indígenas e quilombolas que vivem na Amazônia”.

Recorde de investimentos

O Fundo Amazônia tem, atualmente,

recursos no montante de R\$ 3,9 bilhões. No ano passado, o fundo bateu recorde de investimentos em novas ações, após quatro anos desativado, e hoje apoia 114 iniciativas, que vão do Arco da Restauração (maior projeto de restauro de florestas nativas) ao fortalecimento do Corpo de Bombeiros no enfrentamento a incêndios, além do combate ao crime organizado na região.

Os recursos destinados aos projetos não são reembolsáveis. Cerca de 240 mil pessoas serão beneficiadas com atividades produtivas sustentáveis, informou a assessoria de imprensa do BNDES.

Aloizio Mercadante anunciou ainda que foram concluídas as negociações com o Banco Europeu de Investimentos para o financiamento, “em condições muito favoráveis”, de 300 milhões de euros, também vinculado à transição energética, economia verde e transição digital.

“É um empréstimo bem importante. Nós já concluímos a garantia soberana do Ministério da Fazenda, e agora vai para o Senado Federal. Assim que for aprovado pela comissão, estarão liberados os recursos. É mais dinheiro para nossa economia”, disse Mercadante.

“
**Nosso
compromisso
deverá respaldar
os esforços do
governo brasileiro
e vai possibilitar a
aceleração da luta
contra o
desmatamento”**

Alemanha

O governo da Alemanha e o BNDES anunciaram a liberação de cerca de R\$ 88 milhões (15 milhões de euros) ao Fundo Amazônia, por intermédio do banco estatal de investimento e desenvolvimento KfW. Além de ampliar os recursos destinados ao fundo, a Alemanha se torna o primeiro país parceiro do Brasil com adesão ao Programa Floresta Viva, iniciativa liderada pelo

BNDES para restauração ecológica de biomas brasileiros.

Para o Fundo Amazônia, esta é a segunda parcela da doação contratada no final de dezembro de 2022, logo após as eleições presidenciais no Brasil, em iniciativa que marcou a retomada do apoio internacional ao fundo. A nova parcela se soma a cerca de R\$ 107 milhões (20 milhões de euros) que foram liberados pela Alemanha para o fundo, em outubro de 2023.

A liberação dos R\$ 88 milhões é a última contribuição realizada pelo



governo alemão, segundo maior doador do Fundo Amazônia, com cerca de R\$ 380 milhões em doações em valores históricos, que superam R\$ 500 milhões quando convertidos ao câmbio atual.

Os recursos do governo alemão somam-se às contribuições dos demais doadores do Fundo Amazônia, que são Noruega, Petrobras, Suíça, Estados Unidos e Japão, além da própria Alemanha, e daqueles ainda a serem desembolsados pelo Reino Unido. Tais recursos reforçam as ações do Fundo Amazônia, considerado hoje o maior instrumento de redução de emissões decorrentes do desmatamento e degradação florestal (REDD+) no mundo.

Floresta Viva

Para o Programa Floresta Viva, o BNDES receberá recursos também do Ministério Federal da Cooperação Econômica e do Desenvolvimento da Alemanha (BMZ), por meio do KfW, no valor de 15 milhões de euros, que serão destinados à execução de projetos para aumento da cobertura vegetal com espécies nativas em todos os biomas brasileiros, desde a coleta de sementes, passando por viveiros florestais até os plantios.

O programa já lançou os primeiros editais referentes aos biomas de Manguezais, Cerrado, Pantanal e Mata Atlântica.

“

Nós reduzimos em 50% o desmatamento; é por isso que essas contribuições estão sendo fortalecidas”

O NÚMERO
DE CASOS
E MORTES

DOBROU EM MATO GROSSO. DENGUE:

OU VOCÊ MATA
O MOSQUITO OU
ELE TE MATA.



Com o trabalho do TCE-MT, mais de 8 mil Agentes de Saúde e de Combate às Endemias, fundamentais na luta contra a dengue, tiveram suas atividades regulamentadas.
Juntos vamos derrotar a dengue.

Elimine focos
de água parada
na sua casa:



Tampe bem
caixas d'água



Vire garrafas
e pneus



Coloque areia
nos vasos
de plantas



Se suspeitar
da doença,
procure um
posto de saúde

Número de casos e mortes comparado
com o início de março de 2024.
Fonte: Secretaria de Estado de Saúde (SES-MT).



SAIBA MAIS SOBRE
O MARCO REGULATÓRIO

◀◀◀
**PRA
TODO LADO**
▲▲▲
**TEM
RESULTADO** ▶▶▶

O GOVERNO DE MATO GROSSO REALIZA O
MAIOR PACOTE DE INFRAESTRUTURA DO PAÍS
E ATÉ 2026 VAI ENTREGAR
5.500 KM DE ASFALTO NOVO



📍 MT-251,
CUIABÁ A CHAPADA DOS GUIMARÃES



**Governo de
Mato
Grosso**